

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MIGRANTES

Entre as razões do Estado e as necessidades sociais

Tratar de políticas públicas para os migrantes é levantar um leque imenso de possibilidades de intervenção política na cena pública com o objetivo de atender as necessidades e promover a cidadania do migrante. Surge então, em primeiro plano, o papel do Estado na elaboração, efetivação e/ou coordenação de tais políticas. Na mesma medida, emerge a contradição intrínseca no exercício de suas funções, e que a presença do migrante só faz tornar mais clara e premente. Em termos talvez imprecisos, poder-se-ia dizer que as políticas públicas se movem numa tensão constante entre as razões do Estado e as necessidades sociais.

Os artigos deste número da Travessia exemplificam esta tensão, sob diferentes pontos de vista, da elaboração de políticas pelo Estado, em diversos contextos sociais em que se encontram os migrantes. Francisco trata da política imigratória brasileira imediatamente após a Segunda Guerra, em que um discurso generoso faz apelo pela mão-de-obra imigrante (abundante e necessitada na Europa devastada), ao mesmo tempo em que lembra sua finalidade econômica (técnicos para a indústria nascente, famílias para ocupar os vazios rurais) e os critérios ideológicos para selecionar os imigrantes. Manoel, depois de analisar os números que apontam para o progressivo esvaziamento do campo por obra de uma política agrícola que favorece a agroindústria, pergunta-se o que pode uma política de assentamento quando a lógica da política econômica leva inevitavelmente para o “desassentamento” da população rural. Maria Célia recupera as flagrantes contradições da política habitacional embutida desde as origens no projeto de gestão urbana do Distrito Federal, de caráter racional e encabeçada pelo poder público, e que leva a uma “segregação planejada”, deslocando os migrantes para uma “periferização” constante, até os municípios goianos do entorno de Brasília. Nora, no plano do Mercosul, mostra o trajeto sinuoso das discussões sobre a circulação e os direitos dos trabalhadores no âmbito do tratado, em que emerge a problemática chave para as políticas a serem desenvolvidas: “Soberania e interesse nacional ou cooperação social internacional?” Renata, Ana e José apresentam a visão dos moradores de rua sobre seu abandono, diante de políticas que se declaram pela sua inclusão, mas que se limitam a uma gestão da assistência social. E mesmo a contribuição de Naidison sobre o projeto de cisternas no semi-árido brasileiro, que, construído pela ação de comunidades e ONGs ativas na base social da região, sonha em se tornar realmente uma política pública... Como conciliá-lo com o projeto governamental brasileiro de transposição do Rio São Francisco? O benefício irá realmente para os migrantes na sua origem?

Em tudo, as políticas públicas estão submetidas às contradições do Estado, seu principal protagonista. No ordenamento do espaço público, ele é constantemente guiado pela lógica do mercado, em que o migrante é mero “capital humano”, submetido às leis do “custo-benefício” que age nas políticas de gestão urbana, agrícola, exterior, industrial e mesmo assistencial. Porém, o migrante é também a pessoa humana, que possui necessidades e uma identidade social, fazendo pressões através de inúmeras entidades da sociedade civil pela sua cidadania. Moralmente, o Estado se vê obrigado a dar uma resposta a essa demanda. Porém, resta saber como será reconhecida e exercida a cidadania do migrante, nesse jogo de forças sociais.

Sidnei Marco Dornelas